

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.290.252 - SP (2018/0107521-5)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : EMPRESVI EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA  
SC LTDA  
**ADVOGADO** : ROGÉRIO MARQUES E SILVA - SP314430  
**AGRAVADO** : CONDOMINIO EDIFICIO VERONA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. DISCUSSÃO ACERCA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IMPOSSIBILIDADE. EXAME LIMITADO AO ARTIGO 996, INCISO V, DO CPC/15. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por EMPRESVI EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA SC LTDA contra decisão denegatória do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, que impugna acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*Ação rescisória com suporte no art. 966 e seguintes do CPC e artigos 235 a 238 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Prestação de serviços. Ação de cobrança. Acórdão da C. 31ª Câmara que deu provimento ao recurso para julgar improcedente a ação. Violação de lei não caracterizada. Pretensão de revisão do julgado. Ausência de elemento essencial para o cabimento da ação rescisória: necessidade que a decisão rescindenda se revele aberrante que afronte dispositivo legal em sua literalidade. Mero inconformismo da autora com o que fora decidido. Ação julgada extinta, sem resolução do mérito, com base no art. 485, incisos I e IV, do CPC. (e-STJ, fl. 263)*

Nas razões do especial, a recorrente alega violação ao artigo 996, inciso V, do CPC/15; e ao artigo 267, inciso IV, CPC/73, sustentando que cumpriu

# Superior Tribunal de Justiça

todos os requisitos para o ajuizamento da ação rescisória.

Defende que verificou que não existia nos autos um dos documentos indispensáveis à propositura da ação, este deveria ter declarado o processo extinto sem julgamento do mérito. Afirma, ainda, que a ausência de tal documento, imprescindível nesta ação, implicaria nesse caso em hipótese de extinção do feito sem o julgamento de mérito.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

No que se refere à violação ao artigo 267, inciso IV, do CPC/73, verifica-se que não foi apreciada pelo acórdão recorrido, estando ausente o indispensável debate prévio.

Sabe-se que o acórdão recorrido não ponderou o que dita o artigo de lei federal indicado, porquanto não examinou a ausência de documento indispensável, que conduz à extinção do feito sem exame do mérito.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional, incidindo. O óbice da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.**

**1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.**

**2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 504.917/SC, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015 - grifou-se)*

Ressalta-se, por oportuno, que "*à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial*". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumpra-se asseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*", como fora feito nos presentes autos.

Além disso, efetivamente, no caso dos autos, não se identifica a apontada ofensa à literal disposição de lei (hoje, norma jurídica), mas tão somente a pretensão de se rediscutir decisão que, embora desfavorável à recorrente, formulou adequada interpretação e aplicação da norma legal que regula a

# *Superior Tribunal de Justiça*

controvérsia, não sendo, de outro modo, cabível a utilização da ação rescisória como sucedâneo recursal.

O Tribunal fundamentou que:

*O fundamento exigido pelo artigo 966 do CPC, não tem a dimensão pretendida aqui pela autora, na medida em que a violação a literal disposição de lei só se configura quando a interpretação adotada pelo julgamento rescindendo for absurda, aberrante ou teratológica, constatada prima facie, hipótese inócurrenente na situação presente. Na realidade sua pretensão envolve regra de interpretação e orientação na análise da prova visando a uma decisão que lhe seja favorável, pretensão com a qual não se compadece o instituto da ação rescisória, sob pena de tornar-se recurso ordinário com prazo de interposição de dois anos (RSTJ 93/416). A violação literal a dispositivo de lei que alberga a ação rescisória “pressupõe que a norma legal tenha sido infringida em sua literalidade pela decisão rescindenda” Assim, a ação rescisória não se presta a apreciar a justiça ou injustiça da decisão, rescindenda, mas, apenas se houve, ou não, ofensa à lei. Outrossim, o v. aresto recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirimiu de forma expressa, congruente e motivada, as questões deduzidas nas razões recursais, de modo a afastar o vislumbrado desrespeito aos citados artigos. Desta forma, é cediço que a ação rescisória não se presta ao reexame da causa, e/ou das provas já apreciadas pelo juízo. (e-STJ, fls. 265/266 - grifou-se)*

Desta feita, elidir as conclusões do aresto impugnado, quanto à aplicação do dispositivo legal, que fundamenta-se, essencialmente, no exame das provas dos autos, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI E ERRO DE FATO. ART. 485, INCISOS V E IX, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DISCUSSÃO ACERCA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEI ESTADUAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.*

*1. A Corte de origem julgou improcedente a ação rescisória*

# *Superior Tribunal de Justiça*

pautada no art. 485, V, do CPC, por entender que a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica ao posicionar-se pela total improcedência da utilização de rescisória com fundamentação inédita para rescindir julgado que a ela não faz menção.

**2. A análise da pretensão recursal, no sentido de verificar a ocorrência de violação de lei e erro de fato a fim de determinar a procedência do pedido deduzido na ação rescisória, modificando o entendimento exposto pelo Tribunal a quo, exigiria o reexame da matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, bem como a análise de legislação local (Lei Estadual n. 2.211/01, Decreto Estadual n. 9.203/98 e Lei Estadual n. 2.315/01), o que encontra impedimento na Súmula 280/STF. Precedentes.**

**3. Encontra-se superado o entendimento de que é possível conhecer das questões de ordem pública de ofício, ainda que não prequestionadas ou suscitadas, na excepcional hipótese de o recurso especial ter sido conhecido por outros fundamentos, em razão do efeito translativo.**

**4. A Corte Especial do STJ entende que mesmo as matérias de ordem pública necessitam estar devidamente prequestionadas para ensejar o conhecimento do recurso especial, o que não ocorreu na hipótese dos autos. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp 1.375.270/ MS, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 20/06/2013, DJe 28/06/2013 - grifou-se)**

**PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ATIVIDADE RURÍCOLA DESEMPENHADA POR MENOR DE 14 ANOS EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. POSSIBILIDADE. DECISÃO RESCINDENDA FUNDAMENTADA E EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À DISPOSIÇÃO LITERAL DE LEI E DE ERRO DE FATO. CPC, ART. 485, V E IX. UTILIZAÇÃO DE AÇÃO RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. DESCABIMENTO.**  
(...)

**3. No caso dos autos, não se identifica a apontada ofensa à literal disposição de lei (CPC, art. 485, V), mas tão somente a pretensão de se rediscutir decisão que, embora desfavorável ao INSS, contemplou adequada interpretação e aplicação da norma legal que regula a controvérsia, não sendo, de outro**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## ***modo, cabível a utilização da ação rescisória como sucedâneo recursal.***

4. A caracterização de erro de fato, na forma do art. 485, IX, do CPC, exige que, no julgamento da causa, tenha se considerado como existente fato que não existiu, ou como inexistente fato que comprovadamente está evidenciado nos autos, hipóteses que, no caso, não estão configuradas. Precedentes: AR nº 4.309/SP, Ministro Gilson Dipp; AR 4.220/MG, DJe 8/8/2012; Ministro Jorge Mussi, DJe 18/5/2011; AR nº 2.777/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/2/2010.

5. Ação rescisória improcedente. (AR 3.877/SP, Relator Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, Revisora Ministra **Assusete Magalhães**, **Terceira Seção**, julgado em 28/11/2012, DJe 30/04/2013 - grifou-se)

Assim, a propositura da ação rescisória com base na violação de disposição de lei apenas tem trânsito quando a decisão rescindenda tenha conferido interpretação de tal modo esdrúxula que viole frontalmente o dispositivo legal, o que não foi o caso dos autos, conforme acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**